



<https://doi.org/10.51880/ho.v25i2.1303>



“Panelinha de cozinhar tudo junto”: comida, religiosidade e comunidade – memórias de infância e de tornar-se ‘mulher preta’

Joana Barros*

ORCID iD 0000-0003-1039-6961

Universidade Federal de São Paulo, Instituto das Cidades, São Paulo, Brasil

Resumo: Esta entrevista compõe o acervo de história oral do projeto Mulheres de Axé. O texto é composto por uma apresentação e pela transcrição editada da primeira entrevista realizada com Patrícia Cerqueira dos Santos, em 16 de abril de 2022, na cidade de Itapeverica da Serra, região metropolitana de São Paulo. A entrevista e a edição da transcrição foram realizadas por Joana Barros, autora deste texto, e a transcrição, por Larissa Lima.

Palavras-chave: Comida. Candomblé. Ancestralidade. Religiosidade. Memória de infância.

“Cooking pot all together”: food, religiosity and community – childhood memories and becoming a ‘black woman’

Abstract: This interview is part of oral history collection within the scope of the “Mulheres de Axé” project. The text consists of a presentation and an edited transcript of the first interview with Patrícia Cerqueira dos Santos, on April 16, 2022, in the city of Itapeverica da Serra, metropolitan region of São Paulo. The interview and editing of the transcript was carried out by Joana Barros, author of this text, and the transcription by Larissa Lima.

Keywords: Food. *Candomblé* (afro-brazilian religion). Ancestry. Religiosity. Childhood memory.

* Doutora e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), pesquisadora do Laboratório de Narrativas Urbanas (Unifesp) e do Distúrbio (UERJ/UFRRJ); e vice-coordenadora do Centro de Memória Urbana (CMUrb/Unifesp). E-mail: jsbarros@unifesp.br.

Patrícia Cerqueira dos Santos me recebeu em sua casa no dia 16 de abril de 2022, um sábado. Fui recebida com uma feijoada preparada para esse encontro. Era de manhã ainda quando cheguei em sua casa em Itapecerica da Serra, região metropolitana de São Paulo. Sorriso largo, a fala sempre gentil e cuidadosa, Patrícia estava um pouco ansiosa sobre se teria o que dizer e como contribuir para a pesquisa. Até esse dia, foram muitos meses de conversas e encontros esparsos em função de outros assuntos em comum, todos originados de nosso primeiro encontro no Inzo Ia Tumbansi Tua Nzambi Ngana Kavungu, terreiro de Candomblé de matriz Angola-Kongo (Bantu), dirigido e organizado pelo Tata Katuvanjesi, Walmir Damasceno. Nos conhecemos numa visita ao seu terreiro com uma turma de alunas do curso de especialização em Direitos Humanos e Lutas Sociais, do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp), no final de 2019. Patrícia se tornou uma interlocutora importante no projeto Mulheres de Axé, sendo um elo de ligação entre mim e outras mulheres, mam'eto e makotas, de sua casa que serão também entrevistadas.

A entrevista com Patrícia foi adiada muitas vezes. Primeiro porque, ao convite para esta entrevista, Patrícia reagiu sugerindo antes uma conversa com “suas mais velhas” e depois, já alinhavada esta entrevista, tivemos que adiar os encontros presenciais em função da pandemia de Covid-19. Inicialmente a entrevista seria feita no Inzo Tumbansi, sua casa de Candomblé. A conversa seria primeiro com as mais velhas da casa e depois, pedidas as licenças e seguidos os ritos, Patrícia falaria comigo sobre sua vida, a partir de uma pergunta singela que orienta este projeto: *como vivem as mulheres de axé em São Paulo?*

A proposta de Patrícia de fazermos uma conversa com as mam'eto e makotas do Inzo Tumbansi foi adiada, uma vez que sendo senhoras já de idade avançada, o medo da contaminação e adoecimento por Covid-19 e os cuidados falaram mais alto. Para esta conversa, três autoridades da casa me receberiam para um café da manhã e ali no barracão conversaríamos. A despeito de não ter acontecido ainda esse encontro, as tratativas em torno da entrevista nos falam muito sobre o funcionamento dos terreiros, sobre a importância de se ouvir as pessoas mais velhas da casa (com mais tempo de iniciação no axé), de ouvir em presença e de se receber em casa com comida e em coletivo. Trata-se não só do indivíduo ali presente, mas aponta para uma percepção da pessoa como um corpo expandido – tanto extensão de outras existências não humanas, quanto de um corpo-expansão, resultado de muitas que vieram antes, cruço, corpo-encruzilhada coletivo(a). Corpo-presença resultado de muitas mãos que cuidaram, mãos que dão e recebem alimento para o corpo e para alma; corpo moldado em gestos e interdições, por afagos; corpo que se curva para bater *paó*; corpo que recebeu e transmitiu a força das plantas, das palavras e do silêncio.

Num terreiro se come muito! Este talvez seja um elemento fundamental para entender o lugar dos terreiros na vida dessas mulheres. E foi por esse fio enovelado

no qual se emaranham comida, religiosidade (ou vivência do sagrado), família e comunidade que Patrícia me contou de sua casa, de sua infância, de sua família nuclear e da estendida, de sua religiosidade e dos caminhos que a levaram até sua casa de Candomblé. Falou de momentos significativos de sua história, ao sabor de suas memórias dos cheiros e temperos de uma vida com muitas restrições. Restrições que revisitadas possibilitaram ressignificar sua própria percepção e construção de si como singularidade, ao mesmo tempo em que se reconhecia como herdeira de uma tradição, de um fluxo de histórias que nomeia como ancestralidade negra.

Sentamos na varanda da casa, perto da cozinha, um alpendre sobre o quintal cheio de árvores, plantas e ervas, comestíveis e sagradas. Logo nos primeiros momentos da entrevista, a preocupação de Patrícia sobre o que falar de si parecia se dissolver. Sua prosa convidativa e caudalosa foi me levando desde sua casa atual, para sua casa de nascimento, passando pela chegada a São Paulo, pelos lugares onde morou com sua família – revisitados e sempre impregnados de muitos aromas do momento.

A casa, os cuidados ritualizados e a comida foram trazendo à mesa personagens de sua vida que constituem uma família ampliada a partir dos quais Patrícia foi lembrando e narrando os cheiros e sabores de sua infância cheia de uma alegria que aos poucos desvelava a luta cotidiana de seus pais pela manutenção da família – empreendimento que era compartilhado com os amigos de quintal, os colegas do trabalho e camaradas da vida. Filha mais velha, Patrícia participava desta luta de forma destacada, cuidava das irmãs e do irmão mais novos. A pobreza, as dificuldades da sobrevivência e as formas de organizar a vida foram trazidas à tona não pela falta, mas através das formas comunitárias e coletivas de arranjo e sobrevivência que sua família, seus pais e irmãos construíram.

Uma percepção menos da falta e mais da importância das formas de ajuda mútua, das organizações sociais, dos coletivos políticos e de ação comunitária. Cuidados, conselhos, mandigas, rezas, benzimentos, comidas, remédios caseiros e preparos de cura, estratégias de sobrevivência e de cuidados consigo e com a família que misturavam e entreciam as dimensões da política, as formas comunitárias, os trânsitos e deslocamentos pela cidade e pelo Estado, amalgamados por dimensões do sagrado. Mas não um sagrado longe ou muito perto da religião e seus constructos, como esfera separada da vida. Mas o sagrado encarnado e encharcado de sentidos e práticas cotidianas, muito próximo talvez do que E.P. Thompson chama de costumes em comum; ou o que Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino (2018) nos falam sobre a dimensão viva e cotidiana no terreiro como prática entranhada na vida e espalhada na cidade.

A *madeleine* de Proust tornada aqui a linguíça vermelha trazida pelo pai da Casa do Norte de Santo Amaro, preparada na “panelinha com graxa”, nos leva a um encontro com as suas raízes, com a ancestralidade, com as lições aprendidas com os mais velhos. Revisitadas, essas lições na vida cotidiana são trazidas à luz narradas como

ritual e como acesso a uma experiência que vai sendo ressignificada ao longo do tempo, desde o presente e com a consciência que é daquilo que vem de antes e de longe que se construirá (ou seguirá em construção) o que está à frente.

Assim, Patrícia contou sua infância partindo de sua casa de hoje, nos levou à Bahia onde nasceu e de onde veio muito cedo, morar numa casa de sua família expandida. Contou tudo isso a partir da comida, de sua presença calorosa nas chegadas do pai vindo do trabalho na cidade, da luta diária para dar de comer a cinco filhos, dos rituais sagrados aprendidos com a mãe e vivenciados na casa, um mundo encantado onde cotidiano e magia não são estranhos um ao outro, nem apartados. O alimento da boca e o da alma são cozinhados na mesma panela, aquela pequenina, não a “bonita e lustrosa”, mas a do passado impregnada de sentidos, gostos, sabores, aprendizagens que ao serem revisitados cuidam e aproximam, fazendo do passado ensinamento, num tempo dilatado no qual cabem os que vieram antes e o os que vieram depois. Panelinha onde se “cozinha tudo junto”, como na vida, nos quintais onde morou – espaço das festas e espaço do partilhar as dificuldades. Como ela mesma anuncia logo no começo, terreiro e casa, ancestralidade e memória – tudo vai se construindo num fluxo no qual a religiosidade emerge como aprendizado e cuidado coletivo, comunitário, comum – não apartada do miúdo da vida. É nesse encontro, nessa encruzilhada que no chão da vida se constituem as formas de cuidado e sobrevivência, nas quais alimento é sustento, cuidado, cura, reza, oferenda, transmissão.

Joana Barros – É aqui que você mora?

Patrícia Cerqueira – É aqui que eu moro com a minha família. Nessa casa aqui, nós estamos desde 2006. Compramos em 2006, e em agosto nós mudamos para cá. Mas a casa da região de Itapecerica foi a que eu vim com meus pais quando a gente veio da Bahia. Esse lugar que eu estou, o centro da cidade, era visto por nós como o lugar dos ricos morarem [ri]. Nos anos 1970, essa área que você pode ver daqui [apontando por cima do muro], essas construções eram na verdade sítios, esta [a rua lateral que dá acesso a sua casa e de outros vizinhos] era uma via de passagem para várias chácaras aqui embaixo. Nos anos 1970 essa área aqui era de chácara; a gente, os pobres, ficavam mesmo nos bairros. Nós compramos essa casa aqui nos anos 2000, por conta da chegada, sobretudo nos anos 1990, dos condomínios. Então os ricos saem dessas áreas mais abertas para ir para os condomínios, vai barateando um pouco a terra e, portanto, a gente consegue comprar essa casa. Eu fiquei aqui porque eu estava trabalhando na Secretaria de Cultura do Município [de Itapecerica da Serra], naqueles sonhos políticos que a gente tem de se unir em prol de alguma coisa bacana na cidade. [...] Era um momento muito importante dos saraus, e aí de repente, um dia, não por acaso, – a gente fala ‘de repente, mas não por acaso’ –, chega o jornalista Walmir Damasceno [Tata Katuvanjesi] querendo conversar com a secretária de cultura para pensar um espaço de cultura bantu na cidade. Isso para mim foi uma das melhores surpresas, porque essa

cidade é constituída nos moldes católicos desde o seu surgimento, esse aqui foi um aldeamento indígena e a Igreja Católica Apostólica Romana é o marco fundador da cidade. Nos anos 1980, 1990, com o movimento católico da Renovação Carismática, a cidade passa a ter o chamado turismo religioso. Na praça central da cidade, através do padre Alberto Gambarini (ele acaba se tornando conhecido nacionalmente, através da Redevida), às quartas, aos sábados e aos domingos tinha missas abertas, chamadas de missas de cura e libertação. E essa política religiosa era apoiada pela instituição pública administrativa da cidade porque ela atraía gente, mobilizava o comércio local, especialmente os bares, padaria e restaurantes, além da loja de artefatos religiosos da própria igreja. E a gente pensava assim: nossa e as outras manifestações? Quando o pai Walmir chega com a proposta do Ilabantu/Inzo Ia Tumbansi que, para além do espaço do religioso e do sagrado, teria também esse espaço político de formação, de debate... foi maravilhoso!

JB – Foi um respiro...

PC – Para mim foi, mas não foi muito bem-visto. Na minha própria equipe, algumas pessoas eram totalmente filiadas a esse movimento carismático, e já era uma tradição atender ao padre e a sua empreitada. Essa perspectiva do Candomblé, da Umbanda, ela ainda é malvista, se puder ser silenciada que seja, e não é vista como política pública. Imagina se hoje, nós estamos em 2022, a gente ainda está discutindo racismo religioso, intolerância religiosa, tudo isso, você imagine em 2006, um pouco pior. Eu, inclusive, recorro de algumas conversas na Secretaria de Cultura: “nossa, agora a secretaria de cultura apoia a macumba” [ri]. Eu me lembro de um grande amigo, estudioso, professor Saloma Salomão, historiador, pesquisou sobre musicalidade africana, e ele falava assim: “se fosse boacumba ninguém reclamava, como é macumba...” [ri]. Foi um momento muito importante para mim, também, porque eu estava fazendo a pós-graduação *lato sensu* na PUC [Pontifícia Universidade Católica], então os horizontes para as questões da Lei 10.639 estavam sendo alargadas, a implementação da política pública. Alguns encontros eu participei no Tuca [Teatro da PUC], ali ao lado da PUC, fui conhecendo as pessoas no Governo Federal naquele momento. Um material muito importante que vinha para as escolas, que era coordenado pela professora Eliane Cavalheiro, na época à frente da Secadi,¹ que era a Secretaria da Promoção da Igualdade Racial. Isso estava na escola, então foi um momento muito importante para mim. Muito rico da minha formação pessoal. E eu tava começando também a perceber nas outras instâncias, nos outros lugares por onde eu passava: era a escola, pensando as questões das relações étnico-raciais; eu estava na Secretaria de Cultura pensando isso a partir de uma política pública de cultura, então educação e cultura ali; e o pai Walmir chegando com esse terreiro... Eu acho que a minha espiritualidade ali estava toda preparada... [ri] [...] Quando eu vou pensando essas coisas, eu vou pensando muito lá atrás no passado, e

¹ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

como que eu acho que tudo isso chegou e me acolhe e me envolve e eu acolho e estou aberta, por causa de uma família que eu tenho de base, que é uma família muito aberta também.

JB – Vocês vieram da Bahia? Você é baiana? Nasceu na Bahia?

PC – Nasci na Bahia, na cidade de Itabuna. No centrinho de Itabuna, na rua Cinquentenário. Mas eu sou filha de casa de “voinha” [ri]. A minha avó com minha mãe e meu avô e a família dela moravam numa cidade chamada Ibicaraí, que fica mais ou menos a uma hora de Itabuna. Como eu sou a primeira neta, a história que minha mãe conta é que meu avô estava muito feliz, minha mãe é a única filha que ele tem, tem três homens e minha mãe de mulher. A minha mãe é a segunda filha. Tem um rapaz, meu tio José, aí minha mãe e depois mais dois tios.

JB – Como chama sua mãe?

PC – Maria do Socorro Cerqueira dos Santos. Dos Santos já é o nome de casada. E meu pai é Eloi Oliveira dos Santos. Então a minha mãe ela é a primeira filha mulher, e meu avô está ali muito alegre com a chegada de um neto ou uma neta, mas foi uma neta, então eu também fico feliz porque na época, anos 1970, Bahia, nascer uma menina é um problema. [ri] [...] Mas eu fui muito bem acolhida; meu avô falou que não era nem para minha mãe ter a criança ali com a parteira. Não nasci de parteira que meu vô não deixou! Disse que era para ir para o hospital, aquela coisa da ciência, do médico que sabe: “hospital que é melhor”. Então, não nasci de parteira, fui nascer no hospital em Itabuna, com carro alugado. Tinha um carro que já estava lá, qualquer hora que a Socorro der as dores aí – como a minha mãe é Maria do Socorro, todo mundo chamava Socorro – a hora que a Socorro der as dores é para encaminhar logo pra Itabuna. Nasci lá em Itabuna e voltei pra Ibicaraí. E vim pra São Paulo com quatro meses, quatro p’ra cinco. Porque nasci em março, 16 de março de 1974; meu pai já estava aqui, minha mãe chega comigo já em agosto de 1974.

JB – Seu pai estava aqui fazendo o que aqui em São Paulo?

PC – Trabalhando. Desde 1973, meu pai veio para cá, que é aquela história de melhorar de vida, conseguir um lugar melhor, ter uma casa porque eles não tinham uma casa. Meu pai vem através de outros amigos baianos, para trabalhar na construção civil. Aí um vai chamando o outro...

JB – De peão.

PC – Peão de obra – ajudante geral na construção civil, exatamente! Aí um vai chamando o outro. E o primeiro lugar que meu pai foi morar com esses amigos baianos dele é na Vila Joaniza, região da Missionária, ali na Zona Sul da cidade de São Paulo. Mas uma outra Zona Sul, né? Uma Zona Sul que já estava mais próximo do que a gente chama de centro de São Paulo, que para nós era Santo Amaro. Quais eram as referências? Para nós era Santo Amaro, Treze de Maio, uma referência mais da Zona Sul, e a referência paulistana escolhida é a Sé, né? Então eu lembro muito de histórias de meu pai contando como muitas vezes ele andou da Praça da Sé até a Vila Joaniza para economizar. Outras vezes ele já andou da Praça da Sé até Santo Amaro; chegar em Santo Amaro pela avenida Santo Amaro, dar uma descansada, fazer uma compra – às vezes, uma linguiça, uma carne, principalmente carne do sol que é a região com muita Casa do Norte – e aí ele pega e vem com essa compra, carregado às vezes num pacote... Eu não sei se a senhora lembra – eu achava isso tão legal, eu tenho um pouquinho dessas memórias – a senhora lembra que saco de açúcar, açúcar União, essas coisas vinham num outro saco?

JB – Num papel!

PC – Num papel! Então às vezes ele chegava com a compra dentro daquele saco maior, carregando no ombro. Às vezes era um dia que a gente tinha passado o dia todo sem muita coisa para comer, era tão feliz quando o pai chegava com uma compra assim, sabe? Às vezes trazia um pouco mais de farinha fresca, um pedaço de carne de sol... nossa! era tão gostoso! Aquela linguiça vermelha... [ri], eu falo assim aquela linguiça vermelha pendurada da porta da Casa do Norte. Um pouco recente eu lembrando essas memórias com minha mãe, minha mãe falava assim: “nossa, e a gente comia aquilo tão gostoso, né?” Imagina aquela poluição, aquela coisa dos carros e tal, e eu falo pra minha mãe: “*é por isso que era gostoso!*” [ri].

JB – [rindo] Tinha um tempero aí que ninguém sabia explicar o que era!

PC – E até hoje, a senhora sabe que às vezes, hoje já tenho outros recursos, cozinho de modo diferente, não falta mais comida, mas a senhora acredita que de vez em quando eu tenho que ter aquela panelinha feia, pequenininha – feia assim porque não é aquela brilhosa, de inox, esmaltada, aquela coisa... –, mas é aquela panelinha pequenininha que você pode jogar a comida dentro, fritar tudo junto, cortar a cebola com facão como a gente fala [ri], e você come com aquele gosto maravilhoso. Outra coisa que eu gosto muito dessa tradição que eu estou dizendo que é nordestina, mas eu acho que ela é muito preta, ela é muito afro, ela é indígena, que é essa coisa de comer na bacia, sentar no chão. Eu adoro quando a gente está no terreiro, é a hora da comida, as pessoas têm uma hierarquia: o pai e mãe podem sentar na cadeira, a gente senta no

kiandi [cadeira], e eu sento abaixo do *kiandi*. Eu adoro o chão e sentar no batente da porta também. Eu acho uma coisa muito legal, a gente come de um jeito diferente, eu fico tão maravilhada! E contando assim para você, me vem uma outra memória de uma pessoa muito importante na minha vida: meu padrinho Geraldo. Meu padrinho Geraldo deve estar muito presente aqui também, ele adorava essas linguiças vermelhas e, às vezes, a gente chegava na casa dele de tarde, comecinho da noite, a mulher dele, a dona Dominga, tinha acabado de cortar a linguiça numa panela com um pouco de graxa, que a gente chamava, uma cebola e ele falava: “come aí, minha filha, come aí um pouquinho.” Aí a mulher dele falava: “imagina, Geraldo, que a menina vai querer comer essas coisas, ela é jovem, jovem quer comer uma bolacha, biscoito” – biscoito que a gente aprendeu aqui, bolacha era lá –, aí ele falava: “imagina, Patrícia, não, Patrícia vai comer dessa farofa”. Ele primeiro botava a farinha, a linguiça, e depois um pouquinho da graxa, mas com aquela delicadeza que não ficava... nem era muito seco e nem aquela coisa mole com óleo, que eles chamavam de graxa. Menina, que sabor maravilhoso! Eu lembro de muitas vezes meu padrinho pegar e fazer assim, sabe quando você abre a boca e joga? Gente, não caía!

[...]

JB – Vocês chegaram na Vila Joaniza, quando?

PC – Na Joaniza, em 1974 pra 1975. [Meu pai] já morava lá com um grupo de baianos. Morava numa casa ele, meu padrinho Geraldo; o irmão de Geraldo, Catarino; Rosalvo, que se tornou padrinho de minha irmã, e mais umas outras pessoas; e a mãe de meu pai, a dona Maria. [...] Meu pai quando veio pra cá em 1973, Maria da Conceição – mãe dele – fica em Ibicará morando num pequeno pedaço de terra que eles tinham lá, que ela era plantadora de flores. Meu pai trabalhava como sapateiro, vendia fruta na feira, viajava de Itabuna para Ibicará, Floresta Azul, Vitória da Conquista... distribuindo em pontos de venda. E Maria da Conceição, que foi minha tia-avó, ela ficou plantando flores. Só que ela adoeceu, e meu pai, para ter um recurso melhor para ela se cuidar, trouxe ela pra cá. Ela foi tratada no Hospital das Clínicas. Ela não chegou a ficar um ano completo aqui em São Paulo; quando meu irmão nasceu em outubro de 1975, ela logo faleceu, acho que duas semanas depois de ter dado à luz, ela faleceu. Quando minha mãe chegou comigo, meu pai alugou um novo lugar para morar, agora, a sogra – olha que casamento, hein?! –, a sogra, minha mãe, um bebê recém-chegado e ele mesmo, o Eloi. Tudo isso na Vila Joaniza. Mais ou menos em final de 1976 para 1977, meu pai pegou um dinheiro na empresa, e esses amigos dele – Geraldo, Chico... – já tinham comprado um terreno aqui no Jardim São Pedro, e eles já estavam morando. Então, meu pai veio conhecer e falou: “vou comprar alguma coisa por aqui, também”. Meu pai chegou a comprar um terreno, mas não conseguiu trabalho, perdeu o terreno e fomos morar de aluguel. Moramos de aluguel no Jardim São Pedro de 1975, 1976 até

1988, mais de 10 anos. Morando cada momento numa casa, quintal coletivo. Tem um dos quintais que eu adoro lembrar porque eu lembro d'O Cortiço, de Aluísio Azevedo [ri] e tem umas pessoas muito bacanas que eu gosto muito de comparar num desses quintais que eu morei lá no Jardim São Pedro. Nos dois quintais que eu fui morar de aluguel, um que tinha um centro espírita kardecista, mas também tocava Umbanda, e um outro lugar que só tocava Umbanda, mas que tinham alguns elementos do kardecismo: o primeiro era sr. Vítor, e o outro lugar, era sr. Manuel. Tudo lá no São Pedro. Desde criança comia caruru da Dona Maria Ângela, que era uma amicíssima da minha mãe, depois ela saiu do São Pedro e foi morar no Piraporinha. Era uma memória muito boa da época do Cosme e Damião: a gente comendo caruru sentado no chão, abria as pernas da criança e botava o prato para comer, e comia ali. Aquela mesa bonita de doces, e contar para a criança que aquela mesa era uma “mesa branca”, a ideia de que a mesa branca era uma mesa abençoada, era uma mesa que não precisava ter medo. Enquanto que a gente passava na rua e via lá uma galinha, uma vela preta, vermelha, era para ter medo que aquilo não era da parte boa. E eu fiquei tão feliz de poder estudar e conviver mais, tanto na Umbanda quanto no Candomblé, e entender que esses dois movimentos são de fato o que dão o equilíbrio para nossa vida. Joana, eu sou muito agradecida por estar contando isso agora porque contando a gente rememora.

JB – Mas os seus pais eram da Umbanda?

PC – Meu pai, não. Meu pai, na verdade, era uma pessoa que tinha a sua espiritualidade, ele tinha um caderninho muito importante, herança da minha avó, e um terço que era da mãe dele. Isso está até hoje lá em casa. Meu pai fez a passagem dele em janeiro de 2020 e isso está até hoje lá na casa dele como uma herança, minha mãe colocou em um cantinho. Eu sempre via meu pai assim: ele ia à missa, mas não era aquele misseiro, de toda semana. Mas meu pai participava muito da comunidade [eclesial] de base, porque a comunidade de base para nós, ao chegar no São Pedro, eu faço essa leitura hoje, significou muito do ponto de vista político. Chamar as pessoas da comunidade para fazer o bairro melhorar, exigir a colocação de rede de esgoto – depois eu tenho até umas imagens que eu posso te mostrar dele –, participar da comunidade de base tinha esse aspecto político de trazer as melhorias da política pública para o bairro. Tinha outro elemento, em especial para minha família, que é importante: a comunidade de base gerava algumas relações também de trabalho e de afetos, porque você vai pro bar e encontra o amigo, o camarada que vai te arrumar um emprego. Para minha mãe era uma outra rede importante com as mulheres: uma outra rede de afetos que ela acabava construindo com as mulheres. Tinha a coisa da comida: a igreja fazia as cestas básicas e uma das cestas básicas ia para minha casa, isso era muito importante. Participar do clube de mães era importante porque a minha mãe ali ia ter relações para saber que dia ia ter médico para atender a criança, onde vinha dar vacina nas crianças, arrumar um dia

de diarista porque minha mãe era diarista... Então, essas teias de relação na comunidade vinham muito pela igreja católica. Mas a minha mãe, acho que pela tradição baiana, e meu avô era muito de andar por dentro de Candomblé na Bahia, e falava assim – fala até hoje: “a gente não deve dormir com o olho do vizinho”. Minha mãe ia na igreja, ia na missa, participava tudo, e, depois, ela ia na benzedeira. Era um recurso levar as crianças para benzer, ela mesma se benzer porque ela precisava estar forte para cuidar de cinco filhos, pagar aluguel, morar em um lugar sem recurso, ter um marido que não tinha um emprego fixo, construir essas relações com as comadres, com as vizinhas para ter o que comer... Era importante, né, então ela ia à benzedeira. Eu lembro muito de minha mãe na dona Maria Ângela, tomando banho de ervas indicados, tendo as consultas lá na mesa de santo da dona Maria. Tinha o dia que minha mãe ia fazer a limpeza dentro de casa: era arruda que ela macerava lá na água e passava na casa; um caqueiro, que a gente chama o vaso de planta, um caqueiro que ela ia construir uma espada de São Jorge, uma guiné – a gente não fala o nome, a gente fala cheiroso que disse que não pode chamar o nome – e outras plantas, e ela ia lá e arrumava aquele caqueiro lindo, botava dentro de casa, às vezes era uma lata de óleo, às vezes era uma lata de tinta. Eu lembro que ela pegava jornal que vinha embrulhado na banana na feira de domingo, por exemplo, e aí a minha mãe passava a mão assim, bem direitinho, para desamassar e forrar a lata, para não ficar *lata de óleo soja, tinta suvinil*, ela forrava. Outra hora ela forrava com papel de presente os caqueiros e o jornal ela dava pra gente ler: “lê pra mim aí!”, que era pra treinar a leitura das crianças, enquanto isso ela ia cozinhando e tal. E tinha o sr. Vítor, que era esse que ela ia também, porque o sr. Vítor era kardecista e dava passe também. Então minha mãe ia no sr. Vítor e tomava passe. [...] Eu ia de manhã [para o centro comunitário, no contra turno da escola], mas faltava bastante porque como era a filha mais velha ficava na casa: às vezes uma irmã ficava doente, minha mãe precisava trabalhar e eu ficava na casa. Outra hora porque precisava arrumar e limpar a casa. Às vezes eu ia três vezes na semana, duas vezes na semana. Durante a semana, na Casa da Passagem, que existe até hoje, o projeto funcionava para as crianças e também funcionava como creche; no sábado, a dona Emilia e o esposo dela, que eram filiados a essa entidade, eles faziam o Evangelho Segundo Alan Kardec. E pra minha mãe era muito importante ir lá, primeiro porque ela dizia que gostava muito da leitura do evangelho e depois os comentários, podia levar as crianças, a gente brincava e tomava um bom café da tarde, chocolate quente, pão, que era uma delícia [ri], e depois trazia uma cesta básica. No final do mês, a cesta era completa; no sábado, eles distribuía às vezes, um quilo de arroz, um quilo de feijão, um pouco de fubá... Eu lembro muito de fubá. Então era importantíssimo para nós porque às vezes a gente ia comer fubá a semana inteira [ri].

JB – É uma memória bastante presente a comida estar contada, não?

PC – A comida contada...

JB – Era sempre contada?

PC – Era sempre contada, e eu acho que é por isso que eu gosto de Candomblé, porque Candomblé a comida não é contada, mas a comida é presente! Eu me lembro de um amigo uma vez conversando e falando assim, contando sobre Darcy Ribeiro, sobre a cultura brasileira, e o que o Darcy Ribeiro gostava na cultura brasileira é que as santas eram sexualizadas, elas trepavam, eu fiquei pensando que ele estava pensando nessa coisa da Pomba Gira, desse outro recurso que é uma forma de interpretar, e ele falou: “e a comida”. E é verdade, como a comida é importante! Por exemplo, para nós, a comida contada na infância e a comida presente nas relações de trabalho, nas relações sociais... Quando eu lembro dos compadres de meus pais e padrinhos e a reunião desses baianos era sempre em torno da comida. Hoje, por exemplo, é Sábado de Aleluia, mas há 20 anos, 30 anos, nesta data, por exemplo, sexta-feira, a gente teria se reunido, meu pai, minha mãe, nossa família, a família do meu padrinho Geraldo, a família do padrinho Chico que era padrinho do meu irmão, com outras famílias que quisessem, estaríamos todos no quintal do Geraldo e do Chico fazendo comida junto. As mulheres iam para o fogão fazer a comida, minha mãe cortava um quiabinho miudiiiiinho, com chuchu também bem miudinho para fazer o cozido. A Dominga, a Maria e a própria minha mãe o leite de coco, elas ralavam o coco, apertavam no pano para tirar aquele leite, a gente ia comer o peixe, podia ser peixe de água doce e podia ser o bacalhau também. Às vezes não tinha bacalhau, mas tinha peixe seco, fazia duas panelas. Minha mãe fazia taioba, preparava a taioba com muito alho, cebola picadinha... menina, ficava uma delícia!... a farinha, arroz, feijão, que não podia faltar! Arroz era menos, eu lembro que os baianos, a gente lá na época comia menos arroz, era muita farinha mesmo. Farinha, feijão, abóbora, muita abóbora, chuchu, tomate, cebola, alface, couve – essa era a base da alimentação. Eu nem lembro muito de alface, acredita? Eu lembro muito deles com couve, taioba. E muita abóbora, aquela abóbora jerimum, aquela mais comprida, parece uma cabaça. Isso eu me lembro, era tão legal que às vezes eles iam à feira, não tinham dinheiro pra comprar ela toda, aí cortava o pedaço e trazia um pedaço daquele.

JB – Faltava alguma coisa?

PC – Minha mãe... Nos anos 1990, entre 1989 e 1990, foi um projeto lá para o Jardim São Pedro chamado de Horta Comunitária. Era um terreno da antiga Eletropaulo, que hoje é Enel; esse terreno ficava na margem do rio M'boi Mirim, esse rio que corta nossa área aqui, era um projeto aqui da cidade com as mulheres lá no Jardim São Pedro. Então eles faziam o trabalho do terreno, terraplanagem, e as mulheres plantavam. Essa época foi uma época muito importante para nós: a gente teve verduras frescas no almoço e no jantar, e minha mãe aprendeu [sobre as plantas comestíveis], iam os técnicos agrícolas para ensinar sobre aquelas plantas mais rasteiras que o pessoal chamava de serragem, jogava fora, e hoje é o *top* dos veganos [ri]. Então a gente comia isso, eu falo para minha

mãe: “olha como a gente era chique” [ri]. E a minha mãe era ótima! Eu me lembro da minha mãe assim: uma camisa amarela que ela tinha, com uns quadradinhos vermelhos e verdes, de bolinha; ela, de cabelinho curto, colocava um lenço, colocava uma saia, ia pra horta, baiana, muito nervosa, ela chegava: “Patrícia, não lavou essa louca ainda! Patrícia, esse chão pra varrer!” Mas ela trazia coisas tão gostosas pra gente, das folhas, da serragem! Eu lembro de almeirão, a gente começou a comer almeirão, amaaargo... mas eles ensinavam que aquela parte amargosa era importante porque fazia limpeza no interior [do corpo]. Nossa, era tão bom! [...] Era essa coisa também da alimentação que cura, como preparar [os alimentos] sem perder os nutrientes e ficar saudável. Isso foi uma coisa muito importante!

JB – Estava presente desde sempre na casa de vocês?

PC – Muito presente na nossa casa! E a Umbanda sempre estava lá! Porque para esses momentos como quando minha mãe foi operar, ela foi lá no sr. Vítor, foi lá no cantinho dela, para poder acender uma vela. Ah! Vela sempre foi uma coisa muito importante na nossa casa também! Não só porque faltava energia elétrica [ri], mas porque também a vela era aquele momento ali, minha mãe colocava p’ras almas, acendia fora [de casa] p’ras almas, tinha o dia de acender uma vela: “ái, vamos acender uma vela aqui que o clima não está muito bom”. A vela trazia aquela energia para o lugar. Ela aprendeu com os kardecistas a colocar água e fazer a oração, e aquela água a gente bebia. Às vezes a minha mãe falava daquela água para limpar a casa, o sal grosso nos cantos da casa, o São Longuinho, acender uma vela para São Longuinho quando perdia alguma coisa, era importante... os três Caboclinhos. Eu sei que tem uma [simpatia] – a gente aprendia muito – que era atrás da porta, quebra três vezes e acende os três tocos e faz lá seus pedidos, e acredita, tem que ter fé, minha mãe falava [bate palma]: “tem que ter fé que a vida flui!” [ri]. E ela sempre falava de ter coisa verde dentro da casa. Olha como a minha mãe era de Oxóssi, gente?!

JB – Ela é de Oxóssi?

PC – Não! Essa semana ela mandou, acho que foi quarta-feira, no grupo da família, ela tirou da mesa dela uma foto de manhã com a cesta cheia de chuchu, ela: “olha o verde da infância”. Por quê? Na infância, nos momentos que meu pai estava sem trabalho na construção civil, a gente vinha para o bairro da Lagoa, que era um bairro de muita mata ainda, aqui entre o Jardim São Pedro e o centro de Itapeperica, em torno de três grandes lagoas, por isso chama bairro da Lagoa. E tinha os terrenos abertos e meu pai pegava chuchu, banana verde... e a gente comia, chegava em casa, colocava na banha de porco e fritava banana verde. Banana verde frita, menina, é uma delícia! [...].

JB – Vocês entravam na mata?

PC – Entrava na mata! Eu me lembro do meu pai com uma calça jeans. [...] Minha mãe chamava de calça *top*. Às vezes estava puída, muito puída, não ia dar para usar e ela cortava, fazia bermuda para o meu pai, e a parte de baixo da perna ela fazia pano para botar na entrada da casa, costurava, ficava lindo, às vezes ela botava um pedacinho de retalho colorido, fazia um pano para a casa. Olha, já era customizado! [dá risada]. Meu pai ia sem camisa, eu me lembro, e era muito legal; ele falava: “toma cuidado na rodagem”. A “rodagem” é porque a estrada Rodrigues de Moraes, que liga Itapeverica e vai levando esses bairros periféricos da cidade até a divisa com São Paulo, pela Estrada M’boi Mirim. Então ele falava: “toma cuidado com a rodagem”. E rodagem é o termo que se usava na Bahia. A gente ia pela calçada, não tinha calçada. Eu tenho essa memória: meu pai sem camisa, aquele preto esguio, uma varinha na mão, porque podia encontrar algum animal, e os filhos, um atrás do outro. [...] A gente estava sempre juntos. Meu irmão, menos. Nós somos cinco filhos, são quatro meninas e um menino. O menino acompanhava mais meu pai no futebol, e nós meninas, criação de casa. Eu lembro sempre nós quatro: eu, Edneia, que é depois de meu irmão Elmo, Denise e a Fernanda, que é a caçula. Fernanda ia sempre na frente, porque era a caçulinha, e ia mais pertinho ali na frente. [...] Um atrás do outro, porque era rodagem e tinha que prestar atenção na rodagem, né. E a gente ia beirando esse mato. Trazia goiaba que tinha muito. E a goiaba tanto a gente comia quanto minha mãe fazia compota de goiaba, muito deliciosa. E tinha outra coisa, menina, cinco filhos imagina arranjar colchão para todo mundo. [...] Taboa é uma planta que tem uma espécie de fibra, só que é molinha. Então meu pai arrancava a taboa, aí botava tudo dentro de um saco, e vinha todo mundo com um pouco de taboa. Chegava em casa meu pai abria a taboa no quintal, a gente ia tirar desse pitoco essa lâzinha, botava para secar, ele botava dentro de um saco de alinhagem [para] costurar e fazer um colchão grande. E minha mãe, depois, na comunidade de base, com as máquinas de costura da igreja que eram comunitárias, ela fazia os sacos para a capa do colchão. Então meu pai fazia colchão de taboa, travesseiro de taboa, tudo que a gente tinha disso. Até hoje quando eu vou lá com a minha mãe, que eu passo nesse caminho... nossa, sempre lembro eu criança, essa passagem... E essas relações, eu vejo muito forte com a cultura banto, com a cultura negra, com a cultura afro-indígena, com a cultura de ser pobre, com a cultura de ser negro, com a cultura de ser trabalhador.

JB – Essa percepção de ser negra era algo presente desde cedo? Ou isso foi virando uma questão?

PC – Hoje eu poderia dizer: “como eu me fiz negra”. Eu fico pensando um pouco sobre isso: como eu me fiz professora, como eu me fiz mulher, como eu me fiz negra. A negritude na minha casa era sentida, percebida, numa perspectiva não muito positiva, porque esse bairro onde eu cresci era um bairro marcado pela violência, sobretudo pela violência aos corpos masculinos, alguns corpos femininos, e marcadamente corpos negros. Eu perdi vários amigos negros assassinados, jovens, tanto pela polícia quanto

por problemas entre eles, tráfico de drogas, crime organizado. Isso sempre foi muito marcante lá no Jardim São Pedro, local de passagem entre dois grandes bairros também bastante violentos, o Jardim Jacira, no qual é forte a presença da violência presente por questões sociais, e o Jardim Ângela. São três na verdade, olha que tríade: o Jardim Jacira, o Ângela, e o fundo aqui do Barro Velho que é o Capão Redondo. O bairro São Pedro está nessa encruzilhada, nesse movimento. Além de tudo, a gente sabe que Itapecerica está aqui na BR, parte desta rota. Então, em casa, eu sempre ouvi a minha mãe falando assim para o meu pai e meu irmão: “andem sempre arrumados, vocês são homens negros, andem sempre limpos”. Por mais que hoje as pessoas podem analisar isso do ponto de vista sociológico, antropológico, histórico, geográfico, territorial, e pode soar até mesmo racista, uma fala preconceituosa, mas era um cuidado.

JB – Era um jeito de se manter vivo.

PC – Era um jeito de se manter vivo! Por exemplo, as roupas. Minha mãe falava muito para o meu irmão que tipo de vestimenta ele tinha que ter, porque as pessoas iam julgá-lo pela cor da sua pele e a roupa e o jeito que ele estava vestido. Meu pai se preocupava muito com a linguagem, e o medo da polícia.

JB – Isso era constante?

PC – Isso era constante. Eu lembro de memórias de meu pai falando do dia que ele foi salvo pela marmita. Ele vinha do trabalho, pegava o ônibus no Jardim Jacira, descia na entrada do Jardim São Pedro e andava uns 40 minutos a pé, porque só tinha uma linha de ônibus e também porque era uma forma de economizar. E tinham os pés de pato, que era o famoso... Aqui na região, o famoso “pé de pato”, que andava no “opalão” preto, fazendo justiça com as próprias mãos. E a justiça quando parava, tanto a oficial com o carro da “baratinha”, quando eles iam perguntar dos documentos não tinha mais como responder... Então, meu pai desceu do ônibus, e ele foi entrando, tudo de terra, ele foi entrando por esse caminho para vir para nossa casa, ele escutou um carro vindo e falou: “não vou olhar, não vou olhar”. O carro foi diminuindo e desligou o motor e o cara mandou ele parar, ele parou. Ele ficou tão amedrontado no escuro, eles acendiam só o farol em cima da pessoa. Meu pai lembra que ficou tão assustado, mas ‘firmão’ lá. Aí de repente a sacola que ele estava levando, uma bolsa de couro que ele colocava atravessado no corpo ou levava mesmo só no ombro, a bolsa de couro caiu na hora que eles [os policiais] estavam se aproximando, e quando caiu, caiu o garfo. Era assim, eu lembro muito dessa marmita do meu pai: era uma marmita branca esmaltada, parecendo as bacias que a gente toma banho no terreiro, esmaltada, e como já era velha, caía, lavava, tinha lugar que estava tirado o esmalte, a tampa preta, ele colocava uma liga de amarrar dinheiro ali em cima e o garfo ali no meio; vinha suja porque ele comia e às vezes, não dava nem para passar uma água. E então, na hora

que a bolsa desequilibrou, a marmita abriu, eles ouviram o barulho do garfo entre a marmita, e meu pai conta que um deles, sabe lá quem foi, disse: “deixa ir embora que é trabalhador”. Foi a sorte, assim.

JB – Salvo pela marmita mesmo!

PC – A marmita, a comida de novo, olha aí a relação! Lugar de comida! E uma consciência, sabe lá Deus, vinda de onde, de achar que era um trabalhador. Hoje, onde é o Hospital M’boi Mirim funcionava uma fábrica da Bombril. Lá em cima tinha uma árvore bem grande... É uma história muito terrível, eu não vi, mas meus pais contam: três corpos negros amarrados, pendurados lá, naquela época. O Zezé foi assassinado por brigas dentro desse contexto da pobreza, da marginalização, era um vizinho nosso muito querido. O Nízio, que era um grande amigo meu. [...] O Nízio me ensinou tanto a escutar música *black* norte americana; ele não falava uma palavra em inglês, mas ele adorava o Marvin Gaye. Sabe esses nomes? Donna Summer! Ele ouvia Donna Summer, Armstrong... sabe essas pessoas assim? E eu falava: “gente, olha o que ele escuta”, achava tão legal. *Devotion*, que eram os bailes *black* dos anos 1980. [...] Depois a gente vai retomar essa coisa da negritude. Negócio marcante foi 1988, estava na comunidade de base e foi uma campanha da fraternidade. [...] Além da Constituição, os 100 anos da Lei Áurea, a Marcha de Zumbi, a comunidade preparando essa Campanha da Fraternidade; eu era catequista, participava do grupo de jovens e estava saindo do oitavo ano para ir para o Ensino Médio. E meus pais me perguntaram o que eu ia fazer, se ia fazer Ensino Médio regular ou se ia fazer Magistério. Era importante decidir para onde eu ia, porque eu sou uma das pessoas desse país inteiro que é o sem escola. O bairro não tinha escola de Ensino Médio.

JB – E onde vocês estudaram?

PC – Quando a gente queria fazer Ensino Médio, ou vinha aqui para a cidade de Itapecerica, a família tinha que arcar com a condução e um lanche, ou ia pra cidade vizinha, que era Embu-Guaçu, fazer Magistério, ou ia pra [Jardim] Ângela, Santo Amaro e tal. [...]. E eu, por influência dos meus pais [fui fazer magistério]. [...] Eu falei: “ah, pai, eu não quero, não”. Meu pai ainda perguntou: “mas então o que você quer fazer?” Aí eu falei: “eu quero fazer Ensino Médio”. Aí meu pai falou assim: “mas pra ser o que, Patrícia?” Aí eu falei: “ué, eu quero ser administradora de empresa”. [...] Eu me lembro disso e falei pro meu pai: “vou ser administradora de empresas!” Professora Joana, meu pai deu um ‘socão’ na mesa *PLAH!* [faz som e bate com a mão]: “administrar empresa de quem?! Você sabe que você, Patrícia, não é filha de papai.” A expressão “filha de papai” era para dizer que não é rica: “você não é filha de papai, seu pai não tem empresa, Patrícia, você vai administrar empresa de quem? E outra coisa, você sabe que você é mulher, olha onde a gente mora...” Então, ele leu toda a estrutura

social brasileira naquela conversa. Hoje, olhando para o que meu pai disse, ele tava dizendo pra mim: “você é uma mulher.” Estava ali marcadamente a questão de gênero. A mulher, até hoje, para administrar as empresas... Como é que isso está aí na sociedade? Eu era pobre, olha onde eu estava morando, e eu era preta, né. Dessa marca, desse dia... Eu olhei para o meu pai meio assustada e minha mãe falou assim: “e o melhor é fazer mesmo o Magistério, e a gente vai chamar o dr. Edson para ser seu padrinho.” [...] Na metade do segundo ano do Magistério, o padre da comunidade, o monsenhor Vitor, que também já fez a passagem dele desta para uma melhor, me convidou para fazer parte do projeto das creches comunitárias. Como eu era da comunidade, era catequista, e tava fazendo Magistério, ele me chamou pra trabalhar na creche, na parte de orientação das pajens. Esse foi um momento muito lindo na minha vida, também, que eu conheci a dona Ana Dias, a esposa do Santo Dias, e muitas outras mulheres que trabalhavam com Pastoral da Infância, com Pastoral da Terra, com Pastoral Carcerária, muitas pastorais que a Igreja tinha e eu aprendia muito com elas. Porque ia para os encontros, para as caminhadas, e estava lá dentro da creche ajudando as professoras a fazerem as atividades para as crianças da creche, porque eu era a única que tinha Magistério daquelas mulheres que estavam ali. [...] Nesse momento, descobri: “quero ser professora.” Aí eu fui fazer História, fui fazer a graduação em História, mas muito mais por conta de dois professores de História que eu tive e que eles foram referência do que eu não queria ser [ri]. Por isso que eu falo, olha, o Candomblé e a Umbanda me ensinaram muito isso, como que esses lados que a gente chama de positivo e negativo, influência boa, influência ruim, que a gente só quer o que é de bom, mas como que “ruim” também nos ensina [...].

JB – E quando você chega nessa comunidade?

PC – Por conta dos meus pais, minha mãe no clube de mãe e indo na igreja, e o meu pai nessa associação de moradores, então todo mundo acabava se reunindo no salão paroquial da Igreja Católica, que é a Igreja Jardim São Pedro. Minha mãe me inscreveu na catequese, aí eu fui para a catequese, eu gosto muito de falar, adoro cantar [ri]. [...] E eu adorava. Eu aprendi tanto de História, professora Joana. Por exemplo, ditadura civil militar. Onde eu aprendi? Na comunidade de base. [...] Eu podia ter uma outra versão [daquela ensinada na escola]. *Caminhando e cantando e seguindo a canção, somos todos iguais, braços dados ou não* [cantarolando], eu aprendi como uma música de protesto, mas não de protesto contra a ditadura civil militar, como uma música de comunhão, de luta, de agregar comunidade. Sexta-feira Santa é um dia muito importante para os católicos; quem é mais tradicional faz um jejum, só toma um cafezinho preto sem açúcar de manhã, minha mãe fazia às vezes. Meio-dia vai almoçar, e duas da tarde lá no Jardim São Pedro saía a procissão. A gente ia nas ruas caminhando com a cruz, tinha os cantos da cruz, cada estação a gente parava, tinham pontos no bairro onde as pessoas já estavam esperando, ali se uniam e formavam uma grande procissão e iam até

a Igreja Matriz. [...] Tinha essa parte do rito religioso, mas atrás da gente tinha o quê? “Pela comunhão de todos”, “por mais comida na mesa” “pela possibilidade do trabalho e do emprego”, e a gente ia gritando isso na rua. Você quer aula mais bonita do que isso? E depois: [cantando] *o mar serenou quando ela pisou na areia* [rindo], ouvia com minha mãe limpando a casa, e: “joga um pouco de sal grosso na casa, Patrícia!” [rindo]. E: “Patrícia, vamo, vamo com esse banho”. Eu tinha bronquite. Era outra coisa que minha mãe sempre me levava para os benzedores porque eu sempre tinha bronquite, eu tomava muito xarope feito de ervas. Tinha um que era assim, curava até tosse comprida. Olha que modo mais bonito de curar a tosse! Você pegava uma beterraba, e sempre a mais bonita que você oferece para essas coisas, dá aquela limpadinha, cortava em cruz, colocava um punhado de açúcar e deixava no sereno; então aquele mel que ia formando ia guardando no potinho e eu tomava aquilo, que era bom para curar a tosse, fortalecer, aquela coisa toda. [...] Aí hoje eu penso assim, ô meu Deus, a gente não entende nada. Imagina uma criança ser criada no caldeirão de ebulição social e cultural que eu fui criada, só se fosse uma criança com uma pancada na cabeça para absorver tudo isso, e eu era obrigada a crescer porque meu pai e minha mãe saíam para trabalhar. [...] E foi o primeiro trabalho que eu fiz assim, com roupa, com essas coisas, estava com 18 anos. Foi o primeiro trabalho na Umbanda quando eu tinha 15 anos, para não casar...! Casei... [ri].

JB – E não ficou na Umbanda.

PC – E não fiquei na Umbanda. Olha só, que coisa, eu me lembro que tem uma estrada que chama Estrada da Macumba, que é entre o fundo do bairro do Parque do Lago, tem a cachoeira, a represa do Guarapiranga, um espaço de muita mata, um lugar muito lindo. Eu me lembro de ter ido uma vez lá fazer uma entrega para acalmar a vida, melhorar as coisas. Meu ex-marido ficou na estrada, com medo do lugar, e eu fui entregar as coisas lá dentro. Eu sempre curti, porque tem essa relação com a oferenda, o ritual que me encanta, e uma comunicação entre os vivos e os mortos que só a gente que está vendo que faz. [...] Eu não tenho uma formação tão grande pra defender essa ideia, mas eu fico pensando que por mais que as pessoas digam [esta religiosidade] está no campo do invisível, mas eu acho, vejo tanta materialidade! Eu falo: “como podem dizer que isso aí não é materialismo histórico-dialético?”

[...]

JB – Macera a folha, lava as coisas, aprende...

PC – Aprende, faz ciência. Faz ciência, porque a folha que servir para a cabeça de fulano não vai servir para a cabeça de cicrano. Não é porque está tudo do mesmo

cruzo. E outro dia eu estava, 2019, quando fui pra Bahia, eu estava ali naquele Dique do Tororó, e pensando que só no Brasil que todos aqueles Orixás participam do mesmo panteão na mesma hora, né? Porque nem isso em África. Não é todos eles no mesmo panteão. Você tem uma cidade pra Oxum, uma cidade pra [Oxóssi]... [...]. Eu falo olha o que a gente consegue fazer. Gente, isso aqui é outra coisa... [...] Isso aqui não é pra qualquer um, não. E se comunica, e briga. Gente, isso aqui é demais...

Paramos para almoçar depois de mais de duas horas durante as quais Patrícia narrou sua infância e adolescência, este torna-se adulta, já desde muito cedo, até sua entrada no Magistério. A religiosidade em sua narrativa tem um sentido de prática cotidiana, uma materialidade característica dos encantos e benzimentos, das práticas e saberes nos terreiros – entendidos num sentido largo, generoso, espalhado, misturado com a vida. Desta mistura, deste cruço de experiências e de influências sai o substrato daquilo que parece orientar sua entrada no mundo adulto: uma percepção da construção da comunidade de forma não excludente, uma identidade não essencializada, e que se constitui no miúdo, perto do chão, no dia a dia experimentado.

Conversamos ainda no almoço, agora com Maia, Núbia, suas duas filhas, e Cliff, seu marido, juntos a nós, reunidos na mesa do almoço na varanda da casa. Descobrimos outros encontros: interesses em comum, pessoas amigas em comum, textos lidos e indicados, datas de festas e obrigações de nossas casas. Depois do almoço, Patrícia colocou sobre a mesa algumas laranjas. De forma sempre tranquila e compenetrada, começou a descascar uma delas ao passo que contava que seu pai descascava as laranjas para ela assim mesmo como ela estava ali repetindo para mim. Falou da saudade do pai recém-falecido. Comi a laranja, muito comovida, e conversamos mais um pouco. Ao descermos para o jardim, Patrícia levou a casca e a pousou num galho da árvore, para seu pai, “em sua intenção” como dizemos na Bahia.

Comida, plantas e oferecimentos – aquilo que alimentou Patrícia vindo de seu Eloi, foi revivido não como monumento petrificado, mas como fluxo vivo na memória, na passagem do tempo – Kitembo, na delicadeza da casca oferecida se plasmavam a memória da infância, as lutas aprendidas, o tornar-se uma mulher preta e de terreiro, os caminhos trilhados e o agradecimento/a alegria pelo tempo vivido antes e revividos na materialidade da memória e da vida narrada.

Patrícia Cerqueira – [...] Essa [árvore] daqui foi plantada no primeiro aniversário do Cliff [marido de Patrícia] [...] em 2007, ela tem 15 anos, vai fazer 15 anos! [...] Em 2020 meu pai fez a passagem e eu não pude fazer o enterro dele. Fiquei muito mal, tanto que esse foi o primeiro ano que consegui ir no cemitério visitar o espaço do meu pai, hoje está parte do corpo dele lá. Então esse canto: um dia estava lavando roupa, eu vinha com uma bola e esse caixotinho estava por aqui. Comecei a pensar no meu pai: futebol de campo, futebol de várzea, que era uma coisa que ele gostava muito, fez muito sentido na vida dele e para muita gente lá no São Pedro. E a bola parou aqui, e

eu fiquei aqui nesse canto, coloquei esse caixotinho, parecia um gol, a bola, e eu sentei aqui e comecei a conversar com meu pai a partir daí. Esse espaço se tornou um espaço para minha comunicação com ele. Venho aqui, converso com ele, eu falo o que eu estou sentindo, coloco velas para alma dele. Enfim, é um espaço bem importante de diálogo com ele aqui. E ali, desse lado, não foi proposital, quando eu vim trazer umas plantas do axé no quintal, tudo caiu para esse lado. O boldo, que é Oxalá, a espada de São Jorge, que é Ogum, e o ‘cheiroso’ ali [...], e a arruda... [...] Então, esse espaço ficou com as plantas do axé. Eu sento aqui para trabalhar com as minhas ideias, eu sento por aqui, acendo uma vela e converso com as minhas entidades, protetores das matas, das ervas. Quando eu quero pedir para Ogum, para Oxalá e, às vezes, eu quero também falar para Exu abrir caminho, ou Iansã... essas estão mais para cá. Aqui é Oxalá e Ogum... Tenho esse repertório aqui! [...].

Aqui também tinha uma árvore, e Cliff acabou arrancando. Eu não gostei muito, não! Ele jogou do outro lado: era uma árvore de folhinha vermelha que eu peguei na casa da minha mãe quando eu mudei para cá, porque foi um irmão do Nízio, aquele meu amigo negro que foi assassinado – o irmão dele gostava muito de planta – quem deu uma árvore do quintal deles para minha mãe. Quando mudei para cá, eu falei: “vou levar uma muda dessa planta porque eu estou levando o Nízio comigo”. Cliff foi e cortou, jogou lá do outro lado. Ele nem sabia do simbolismo todo. Mas acabei ficando quieta porque vi a planta crescendo do outro lado. Estava super feliz. Menina, agora eu descobri, tem mais ou menos 15 dias, alguém foi lá e limpou, acabou com a planta. O Nízio morreu de novo.

Joana Barros – É uma história de morte, o Nízio e suas várias mortes...

PC – É, o Nízio morreu lá do outro lado, matado; morreu aqui, arrancado; morreu lá. [...] Esse aqui eu trouxe de Minas Gerais; estava lá na praça central da cidade da Carolina de Jesus, Sacramento. [...] Tem três mulheres mineiras que eu gosto muito. A Carolina [Carolina Maria de Jesus] eu conheci através de outra mulher negra aqui da nossa região, muito importante na literatura, na minha formação, que é a Tula Pilar. Mineira também, ela veio também procurando dias melhores, veio com a mãe, saiu lá de Minas Gerais com a mãe, vai para o Rio de Janeiro trabalhar, depois vem pra São Paulo. Ela faz EJA [Educação de Jovens e Adultos], morou aqui no Campo Limpo. [...] Ela vendia Revista Ocas: através daquela revista, ela foi pra África, para jogar futebol. E começou a frequentar o Sarau do Binho, depois o Sarau da Cooperifa; e começou a escrever os poemas dela, os textos dela. Inclusive ela estava na Ocupação da Carolina [no IMS], tinha um cantinho lá falando das Carolinas e a Tula Pilar era uma delas. A Tula Pilar foi minha formadora, eu assim considero: entre 2013 e 2016 um dos programas de formação de professores daqui de São Paulo tinha essa perspectiva de abordagem da reeducação das relações étnico-raciais e quem coordenou esse trabalho,

a Maria do Cardoso, que também é uma mulher do axé, priorizava, até porque isso é uma das diretrizes, essa relação entre a educação e a cultura. A Tula vinha dar formação para gente, era demais! Hoje é parte do que eu estudo. Então, a Carolina veio para mim através de Tula. [...] Quando eu cheguei aqui, primeiro ano, botei em um vaso. Essa aqui já é outra, essa já é a segunda, e essa já é a terceira – da mesma mudinha. Ela dá uma espécie de orquídea selvagem, muito linda: bem colorida, tem várias, amarela, lilás, muita cor junta, fica muito linda! Já encheu aquele, encheu esse e encheu esse. Aquele ali eu ganhei de um cara lá da praia: bromélia. Essa foi a vizinha que meu deu. Essa daqui já é a muda de uma mudinha da década de 1990, daquela jiboia: ela me deu num vasinho no dia dos professores. Eu já fiz tanta mudinha dessas plantas por aqui! Aquela dali que está na árvore é chuva de ouro. Essa jabuticaba também plantei. O avocado foi o Cliff. O pé de manga foi ele. O jasmim foi ele. Essa parte aqui é batata doce, batata roxa, ela é lá dos guaranis, da aldeia Guarani Mbya, de Parelheiros.

JB – É comida de Oxumarê.

[...]

PC – Você fica à vontade! Faz o que você sentir que é [para fazer]. Tem que estar no clima... Por que não é assim? Para você fazer uma oração, uma prece, um firmamento, sei lá o que for... tem que estar bem. Não pode ser assim, não é largado! Deixa eu pôr aqui [ajeitando num caqueiro, uma planta que me deu de presente] e vamos lá tomar um café.

Referências

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. *Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2006. (Em busca do tempo perdido, 1).

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Fontes orais

SANTOS, Patrícia Cerqueira dos [48 anos]. [mar. 2022]. Entrevistadora: Joana Barros. Itaipericica da Serra, SP, 16 mar. 2022.

Recebido em 31/03/2022

Aprovado em 09/06/2022

Fonte de financiamento: Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) – Bolsa PIBEX.

Conflito de interesses: nada a declarar.